# ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR E DAS REFORMAS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO DO EQUADOR

Fernanda da Fonseca Ocagna (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Marcos Vinicius Francisco (Orientador), Everton Koloche Mendes Barbosa (Coorientador). E-mail: mvfrancisco@uem.br

Universidade Estadual de Maringá – CRV, Departamento de Ciências do Movimento Humano, Ivaiporã-PR.

**Área e Subárea do Conhecimento: Educação / Planejamento e Avaliação Educacional**

**Palavras-chave:** Política Educacional; Currículo; Equador.

## RESUMO

O objetivo deste estudo, vinculado ao macroprojeto “Interfaces entre os programas de combate à violência escolar e as reformas curriculares em países da América Latina e Caribe: recomendações dos organismos internacionais”, é analisar os programas de combate à violência escolar recomendados por organismos internacionais para o contexto equatoriano e suas possíveis interfaces com as reformas curriculares voltadas ao Ensino Médio. Para tanto, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica, ancoradas no materialismo histórico-dialético. Foram selecionados documentos com recomendações de organismos internacionais, em específico do Banco Mundial, com foco no enfrentamento à violência escolar, bem como a influência dessas proposições sobre as reformas curriculares para o Ensino Médio do Equador no período de 2015 a 2025. Os resultados evidenciam que os documentos curriculares equatorianos enfatizam a convivência, a autorregulação e o desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e emocionais, em convergência com recomendações dos organismos internacionais. Conclui-se que, embora tais estratégias possam contribuir para o enfrentamento de manifestações imediatas da violência escolar, tendem a individualizar o fenômeno e a secundarizar suas determinações estruturais, vinculadas às desigualdades sociais e às condições materiais de existência.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação passou a ser foco de debate, proposições e planejamento em nível supranacional. Subordinadas às exigências firmadas por meio de acordos multilaterais com as agências regulatórias a serviço do capital, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Mundial de Comércio (OMC), as políticas educacionais ganharam determinados contornos a partir da estruturação internacional de uma agenda para a educação. A educação passou a ser vista não apenas como instrumento de redução da pobreza, mas, principalmente, como fator essencial para a formação de capital humano (Francisco; Libório, 2015).

Conforme Martins (2019, p. 24), a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA), que se autodenomina representante da "sociedade civil", motivada pela "busca de uma suposta neutralidade e legitimidade de suas recomendações", emergiu em 2011, após a crise de 2008, e abarca 15 organizações distribuídas pela América Latina e pelo Caribe, entre as quais se encontra o Grupo FARO, do Equador.

Face ao exposto, questiona-se: o que recomendam os organismos internacionais para os programas de combate à violência escolar no contexto equatoriano? A fim de responder a esse questionamento, objetiva-se analisar os programas de combate à violência escolar recomendados por organismos internacionais para o contexto equatoriano e suas possíveis interfaces com as reformas curriculares voltadas ao Ensino Médio.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa documental foi realizada com base em documentos disponibilizados pelo Governo Equatoriano através do *Ministerio de Educacion – Currículo de los niveles de Educación obligatoria (2016) e a Actualización Curricular del Bachillerato General Unificado* – BGU (2021) (Equador, 2016, 2021) – e por recomendações do Banco Mundial, considerando sua relevância na produção de relatórios e documentos institucionais voltados às políticas educacionais e sociais. Paralelamente, foram realizadas buscas no Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a fim de identificar produções científicas recentes sobre a temática. Para a seleção dos materiais, foram utilizadas palavras-chave como: violência escolar, educação, Equador e América Latina e Caribe. Como critérios de inclusão, consideraram-se: (a) textos que abordassem diretamente a temática da violência no contexto escolar; (b) publicações entre os anos de 2015 e 2025; e (c) materiais que abrangiam a América Latina e o Caribe, mas que em determinados trechos citavam o Equador. Foram excluídos documentos que não apresentavam relação direta com o tema ou que não contribuíram para os objetivos da pesquisa. Para a leitura e análise dos documentos, foi realizada a busca de palavras e expressões relacionadas ao contexto da violência, como: "violência", "acoso escolar", "respeto", "desigualdad", "racismo", "conflictos", "convivencia", "equidad". No que diz respeito à análise documental, ela visa decifrar quais são os sentidos e os objetivos explícitos ou implícitos em determinadas políticas, bem como os atores envolvidos (Evangelista, 2012).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência no ambiente educativo, manifestada sob a forma de *bullying* entre outras manifestações, não constitui um fenômeno isolado, mas um reflexo direto do meio social no qual as instituições de ensino estão inseridas. Sob a ótica institucional, a eclosão de comportamentos agressivos é frequentemente atribuída a fragilidades nos espaços primordiais de socialização do indivíduo, a exemplo da família, da escola e da comunidade, que acabam por refletir a deformação de valores éticos e a incapacidade de promover o respeito mútuo.

Soma-se a isso, a própria história da educação desempenha um papel determinante na legitimação do problema, tendo em vista que o sistema educativo normalizou,

durante décadas, o uso de castigos e métodos violentos nos processos de ensino e aprendizagem, ao contribuir com a perpetuação de uma linguagem de agressão física e verbal.

No caso equatoriano, a análise dos documentos curriculares evidencia que o enfrentamento das situações de conflito e violência escolar se articula a uma concepção de formação que atribui centralidade ao desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e emocionais. Tanto o *Currículo de los niveles de Educación obligatoria* (2016) quanto a *Actualización Curricular del Bachillerato General Unificado* (2021) valorizam princípios relacionados à convivência, ao respeito, ao diálogo e à capacidade dos estudantes de regularem suas ações nas relações estabelecidas no espaço escolar.

Embora tais orientações reconheçam a necessidade de construção de ambientes educativos pautados pela convivência e pelo respeito, a análise evidencia uma contradição, pois, ao enfatizarem competências individuais e relacionais como mecanismos de prevenção e enfrentamento dos conflitos, tendem a deslocar para os sujeitos e para a própria instituição escolar a responsabilidade pela administração de manifestações de violência cujas determinações extrapolam seus limites. Nesse movimento, as condições econômicas, as desigualdades sociais e outras formas de violência estrutural que atravessam a sociedade equatoriana não ocupam a mesma centralidade conferida à autorregulação, às relações interpessoais e à convivência escolar.

Essa orientação permite identificar aproximações entre os documentos curriculares equatorianos e as diretrizes difundidas por organismos internacionais, nas quais a constituição de ambientes escolares seguros aparece associada ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, à atuação dos professores, à participação das famílias e à capacidade dos estudantes de administrar conflitos. Sob a perspectiva teórico-metodológica adotada neste estudo, entretanto, tais estratégias, embora possam produzir efeitos no cotidiano escolar, mostram-se insuficientes quando desvinculadas da análise das determinações sociais que produzem e reproduzem diferentes formas de violência.

Esse cenário é intensificado pela violência estrutural promovida pelo próprio Estado, que gera desigualdade econômica crônica e alienação, fazendo com que as privações sociais sejam naturalizadas ou interpretadas pelos sujeitos como mera "ausência de sorte". Diante do avanço do assédio escolar e de suas consequências severas sobre a qualidade de ensino dos alunos, emergem diferentes caminhos para a pacificação das salas de aula. As diretrizes de organismos internacionais, representadas em programas como o *Safe To Learn* e em publicações do BM, propõem transformar a escola em um "refúgio" seguro (Banco Mundial, 2019). Essas propostas enfatizam o diálogo constante com as famílias, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais no currículo e a capacitação do corpo docente para atuar como "líderes educativos" com uma escuta ativa e empatia. A premissa central é neutralizar a hostilidade por meio de valores universais como a paz, a tolerância e o amor. Por outro lado, a literatura critica o caráter estritamente instrumental e de "alívio à pobreza" dessas políticas.

O enfrentamento à violência escolar implica converter a escola pública em um espaço de apropriação do conhecimento científico e de formação política, no qual o trabalho educativo fomente a autoconsciência e estimule a comunidade escolar a se

reconhecer como capaz de superar coletivamente a alienação e transformar a estrutura social vigente.

## CONCLUSÕES

Para que exista um combate efetivo à violência dentro das escolas, é necessário compreendê-la enquanto problema social que tem suas raízes nas contradições da sociedade capitalista. Além disso, deve-se considerar o contexto da escola, da comunidade escolar e a história do país, e não apenas olhar para as vítimas e agressores sob um olhar individualista ou buscar resolver momentaneamente os conflitos. Para enfrentar essa realidade, é fundamental promover políticas que envolvam pais e docentes, que vivenciam diretamente essas dificuldades no ambiente escolar. Dessa forma, o combate à violência escolar pode ser construído de maneira mais ampla, buscando compreender suas causas e desenvolver estratégias que contribuam para a prevenção e para a construção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à Fundação Araucária pelo apoio e incentivo a esta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Cuando el bullying atenta contra la educación de calidad.** Washington: Banco Mundial, 12 set. 2019. Disponível em: https://www.bancomundial.org/es/news/feature/2019/09/12/bullying-acoso-escolar-educacion. Acesso em: 28 mar. 2026.

EQUADOR. Ministério de Educação. **Currículo de los niveles de educación obligatoria.** Quito: Ministerio de Educación, 2016. Disponível em: https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/08/Curriculov2.pdf. Acesso em: 29 ago. 2026.

EQUADOR. Ministerio de Educación. **Actualización Curricular del Bachillerato General Unificado**. Quito: Ministerio de Educación, 2021.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 51-71.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Notas sobre alguns desdobramentos necessários nos programas de combate ao bullying escolar: uma análise histórico-cultural. **Interacções**, Lisboa, v. 11, n. 38, p. 7-27, 2015. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8472. Acesso em: 28 mar. 2026.

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina:** redes empresariais prol educação. 2019. 253f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019